

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2023
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 11/2023
CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS

IMPUGNANTE: **EDUARDO SCHMITZ, LEILOEIRO OFICIAL, JUCESC AARC/159**

Assunto: Impugnação ao Edital de Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, para “[...] EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS PARA ALIENAÇÃO ONEROSA DE BENS IMÓVEIS SEM USO E DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC [...]”.

I - Síntese:

Trata-se de Inexigibilidade de Licitação na modalidade de Credenciamento, onde o Ente Municipal pretende credenciar Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para “[...] **EVENTUAL REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS PARA ALIENAÇÃO ONEROSA DE BENS IMÓVEIS SEM USO E DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC [...]”.**

Sobreveio apresentação **tempestiva** de Impugnação ao Edital, interposta por **EDUARDO SCHMITZ, LEILOEIRO OFICIAL, JUCESC AARC/15**

O Impugnante anuncia **O EXCESSO DE FORMALISMO À COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO:**

Aponta como possíveis itens irregulares ao Edital, aqueles constantes no item 8.1.27:

*8.1.27 Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de ter executado no mínimo **01 (um) leilão presencial e eletrônico (simultaneamente), utilizando se de sistema informatizado de emissão de nota eletrônica de arrematação**, comprovando que realizou (leilão empresarial, judicial e/ou extrajudicial de bens móveis inservíveis, bens automotivos e/ou outros bens móveis ou imóveis). O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo. (Grifos nossos).*

E ao final, requer que seja **Retificado o item Atestado de Capacidade Técnica que comprove a realização de leilão online e presencial ao mesmo tempo. Para que não haja necessidade do atestado de capacidade técnica de corresponder a leilões presencial e eletrônico simultâneos,** fazendo constar como exigência técnica apenas o Atestado Simplificado de Capacidade Técnica.

É o relato necessário.

II - DO MÉRITO

Passamos a análise do mérito da impugnação.

Assim, consoante lição de Hely Lopes Meirelles¹, a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, não havendo, na Administração Pública, liberdade nem vontade pessoal.

¹ Direito Administrativo Brasileiro, 37ª ed., São Paulo, Malheiros, 2011, p. 89

E por força destes aspectos, prudente frisar que enquanto na Administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei, expressamente, autoriza.

Dito isto, e de acordo com os ditames constitucionais em vigor, para o particular vale a regra de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei². Outrossim, já para a Administração Pública, toda e qualquer ação que se pretenda praticar deve estar fundamentada no sistema legal, conforme artigo 37, caput, Constituição Federal de 1988³.

Neste sentido, ainda, conforme os ensinamentos do Especialista em Direito Administrativo e Mestre em Políticas Sociais, Professor Matheus Carvalho⁴, acerca do princípio da legalidade:

[...]

Com efeito, o administrador público somente pode atuar conforme **determina a lei**, amplamente considerada, abarcando todas as formas legislativas – desde o próprio texto constitucional até as leis ordinárias, complementares e delegadas. É a garantia de que todos os conflitos sejam solucionados pela lei, não podendo o agente estatal praticar condutas que considere devidas, sem que haja embasamento legal específico. Dessa forma, pode-se estabelecer que, no Direito Administrativo, se aplica o princípio da **Subordinação à lei**. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima.

[...]

² CRFB – Artigo 5º, inciso II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

³ CRFB – Artigo 37. Caput. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá **aos princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

⁴ Manual de Direito Administrativo. Salvador-BA: Editora jusPODIVM, 5º ed. 2018. P.67.

Afim de evitar-se tautologia quanto as argumentações da Impugnante, a Autoridade Competente manifesta-se nos termos deste parecer sobre os aspectos formais da Impugnação e do Edital do referido Credenciamento:

O Atestado de Capacidade Técnica é um documento que serve para comprovar que a empresa credenciada tem competência para cumprir o objeto do edital.

Esse atesto faz parte dos documentos que qualificam a empresa tecnicamente e servem para comprovar para o órgão público que a empresa contratada realmente tem experiência e perícia e vai comprovar que a sua empresa já realizou um serviço similar ou entregou produtos como os exigidos no edital antes.

Consoante ao exposto, o Município necessita preservar suas contratações, com comprovação de que a empresa possui capacidade técnica para executar plenamente o objeto, não incorrendo no risco de ocorrer impasses no momento do leilão. Desta forma, acaso a empresa apenas tenha efetuado leilão presencial, ou apenas tenha efetuado leilão online, não supre a competência de comprovar que tenha capacidade e pericia para efetuar o leilão online e presencial ao mesmo tempo conforme o objeto em questão.

Assim, mantem-se incólume a previsão constante noitem **8.1.27** do Edital.



III - DECISÃO

Ante o exposto, dou por conhecer a Impugnação apresentada pelo Leiloeiro **EDUARDO SCHMITZ, LEILOEIRO OFICIAL, JUCESC AARC/15** e, no mérito, **INDEFERIR** os termos da impugnação , mantendo-se incólume as previsões editalícias dos itens nos termos da fundamentação acima lançada.

Cordilheira Alta, SC, 19 de junho de 2023.

Rudimar Marafon
Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

Emerson Verdi – OAB/SC 44.809
Procurador Geral do Município

